



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

BRAIMA DABÓ

**INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO EM GUINÉ-
BISSAU**

REDENÇÃO - CE

2017

BRAIMA DABÓ

**INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO EM GUINÉ-
BISSAU**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Administração Pública de modalidade presencial do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como parte da exigência para obtenção de grau bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Prof^a. Msc Romênia Virginia Pimentel Borda

REDENÇÃO – CE

2017

BRAIMA DABÓ

**INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO EM GUINÉ-
BISSAU**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: 09/08/2017

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Msc Romênia Virginia Pimentel Borda

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Orientadora)

Prof.^a Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Examinadora)

Prof. Msc Harley Sousa de Carvalho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Examinador)

A memória do meu pai,
Alberto Dabó.

AGRADECIMENTO

A Deus pai todo poderoso, meu anjo da guarda que sempre me ajuda em minha caminhada, nunca me permitindo desistir do meu sonho.

Aos que estiveram acompanhando a minha trajetória acadêmica, sobretudo aos meus pais Alberto Dabó (Falecido) e Numo Fati, que sempre me guiaram no caminho certo, e que não permitirem que eu fosse abatido pelo desânimo, especialmente em momentos mais difíceis da minha trajetória. Aos meus irmãos, sobrinhos, primos e amigos que sempre me incentivaram, apoiaram e confiaram na minha capacidade e desempenho ao longo dessa caminhada.

A minha professora e orientadora Romenia Virginia Pimentel Borda por ter tido comigo a paciência necessária durante todo o processo de realização desse Trabalho de conclusão do curso de Bacharel, esta trajetória talvez não tivesse sido possível. Pela paciência e pela sugestão dela acerca do tema para o presente trabalho, gostaria de externar aqui meu mais profundo agradecimento.

Igualmente, agradeço do fundo de meu coração a presença da banca examinadora pela disposição, na pessoa de Rosalina Semedo de Andrade Tavares e Harley Sousa de Carvalho.

Ao governo Brasileiro, sem esquecer-se do seu povo alegre e maravilhoso, que foi tão acolhedor e caloroso, porém, não posso expressar toda minha gratidão. À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, pela concessão da oportunidade de realizar um sonho importante na vida, dentre outros que espero continuar realizando ao longo da minha vida.

À PROPAAE, que garantiram esses seis anos a minha permanência no referido programa e o suporte financeiro indispensável.

Finalmente, a todos que sempre torceram de maneira direta ou indiretamente para que esse sonho pudesse ser uma realidade.

*Nossas duvidas são traidoras e nos fazem perde
O bem que poderíamos conquistar se não fosse
o Medo de tenta.*

William Shakespeare

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) por setores de atividade econômica em Guiné-Bissau. Verificar como estes investimentos podem auxiliar na economia do país e qual é o papel do Estado para o desenvolvimento necessário. O estudo tem por base a análise das estatísticas econômica, realizada através dos levantamentos bibliográficos em livros, relatórios, artigos científico, dissertações, teses relacionados com o tema supracitado. Teve como base, também, as análises dos dados quantitativos da pesquisa. A intenção do estudo parte do pressuposto de que o IDE contribui, em termos de desenvolvimento econômico, na recuperação e modernização da economia e no financiamento do *déficit* da balança de transações com o exterior da Guiné-Bissau, no entanto, os resultados da pesquisa demonstraram a mediocridade da intervenção do estado na condução do país rumo ao desenvolvimento, tenham tido através dos conturbados relacionamento entre o poder político, as Instituições Democráticas e as diferentes forças políticas, nomeadamente o poder militar.

Palavras-Chaves: Investimento Direto Estrangeiro. IDE. Guiné-Bissau. Economia.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze foreign direct investment (FDI) by sectors of economic activity in Guinea-Bissau. Check how these investments can help in the country's economy and what the state's role is for the necessary development. The study is based on the analysis of economic statistics, carried out through bibliographic surveys in books, reports, scientific articles, dissertations, theses related to the aforementioned topic. It was also based on the analysis of the quantitative research data. The intention of the study is part of the assumption that the IDE contributes, in terms of economic development, to the recovery and modernization of the economy and the financing of the balance of transactions deficit with the outside of Guinea-Bissau, however, the results of the research Demonstrated the mediocrity of state intervention in driving the country towards development, have had through the troubled relationship between political power, democratic institutions and the different political forces, namely military power.

Key Words: Foreign direct investment. IDE. Guinea-Bissau. Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01- Instabilidade Política Sistemática em Guiné-Bissau.....	23
Tabela 01 - Estatística de Importação e Exportação.....	37
Tabela 2 - IDE na Guiné-Bissau: projetos <i>greenfield</i> de maior dimensão, entre 2003- 2010.....	40
Tabela 03 - Taxa de Crescimento Real dos Estados Membros da UEMOA PIB (%)..	40
Tabela 04: Ilustrativa dos Contratos da Pesca Com U.E.....	41

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAG	Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BM	Banco Mundial
BNG	Banco Nacional da Guiné
BNU	Banco Nacional Ultramarino
BOAD	Banco de Desenvolvimento da África Ocidental
CEDEAO	Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DGA	Direção Geral das Alfandegas
FCFA	Franco das Comunidades Financeira Africana
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PEC	Pauta Externa Comum
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UE	União Europeia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU.....	15
2.1 Pré - Colonização da Guiné-Bissau.....	16
2.2 Breve apresentação histórica das independências em África.....	18
2.3 A África Independente e a Situação Neocolonial.....	19
3 DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO.....	22
3.1 Análises do sistema econômico.....	24
3.2 Panorâmicas econômicas.....	26
3.3 Legislações econômicas da Guiné Bissau.....	27
4 PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS PARA ATRAIR OS INVESTIDORES.....	29
4.1 Castanha de caju.....	29
4.2 Agricultura.....	30
4.3 Terra/exploração mineral.....	31
4.4 Pesca.....	31
5 INVESTIMENTOS DIRETO ESTRANGEIRO EM GUINÉ BISSAU.....	33
5.1 Discussão e Análise dos Resultados.....	34
5.2 Os Efeitos de Investimento.....	38
5.3 Potencialidades e Perspectivas de Crescimento.....	41
5.4 Setores Promissores.....	41
5.4.1 Setor pesqueiro.....	41
5.4.2 Setor agrícola.....	42
5.4.3 Setor cajueiro.....	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Investimento Direto Estrangeiro. Tomando como ponto de partida a discussão dos setores que poderão dinamizar o crescimento em curto prazo da economia do país.

O estudo tem por base a análise das estatísticas econômicas. Os resultados esperados partem do pressuposto de que o IDE contribui, em termos de desenvolvimento econômico, na recuperação e modernização da economia e para o financiamento do *deficit* da balança de transações com o exterior da Guiné-Bissau. No entanto, os resultados da pesquisa demonstram a mediocridade da intervenção do Estado na condução do país rumo ao desenvolvimento e deve-se através de conturbados relacionamento entre o poder político, as instituições democráticas e as diferentes forças políticas, nomeadamente o poder militar.

De acordo com o relatório do governo Guineense (2015), em diversas circunstâncias, o sentimento dos Guineenses para o começo de um futuro próspero foi interrompido pela força, ou seja, o golpe militar de 2012, a guerra civil de 1998, embora a paz tenha voltado um ano depois, o dinamismo econômico não voltou conjuntamente e desde então, a fragilidade continua a marcar o contexto do país no que concerne a falta de capacidade, de responsabilidade e de legitimidade, isso torna o estado vulnerável.

Isso demonstra que as pessoas não se entendem, sobretudo as elites políticas não se entendem, a drástica situação socioeconômica e política coloca o país num abismo, que ao longo de muitos anos, quando se fala da Guiné-Bissau, as palavras são, infelizmente, duras e cruas, no tangente da instabilidade política, da pobreza, até mesmo do narcotráfico. Um Estado sem posição, muito frágil, isso faz com que o País se torne um lugar esquecido ao resto do mundo.

A relevância pelo tema surgiu mediante o estudo das disciplinas da economia no setor público e das finanças públicas, com ênfase na globalização e política econômica da Guiné-Bissau, foi a partir de então que começou a surgir perguntar sobre o assunto, como, será que existe uma política destinada ao crescimento econômico do país e para o emprego? Essa linha de pesquisa subvencionou a elaboração deste tema intitulado, o investimento direto estrangeiro em Guiné-Bissau, e também com base nos últimos acontecimentos dos sucessivos conflitos políticos e militares e da usurpação de poderes, pelos militares e os seus aliados

políticos. Tais ações impedem que a sociedade acredite no desenvolvimento do “milênio” no país, entretanto é importante ressaltar esse poder hegemônico sobre os guineenses.

A Guiné-Bissau tem tido alguns desafios de desenvolvimento econômico, os mais difíceis do continente africano, ou até mesmo do mundo, combinado a uma pobreza extrema e uma persistente e crescente fragilidade, conforme os avaliadores, Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial BM. O crescimento econômico nunca acompanhou a evolução da população desde os anos 1990, ou seja, a partir da “implementação” do ciclo democrático no país.

O investimento direto estrangeiro - IDE, pode dinamizar a capacidade inovadora da região, através das políticas apropriadas, tornando mais barato os produtos básicos para exportação do país e proporcionar as infraestruturas essenciais, criação de emprego e elevar a produtividade geral da economia. O presente trabalho tem como objetivo geral, analisar o investimento direto estrangeiro por setores de atividades e como estes podem auxiliar o crescimento econômico do país, a partir da adesão monetário sub-regional.

Será feita uma abordagem do Investimento Direto Estrangeiro e a sua reflexão na economia guineense, com destaque a sua integração sub-regional através do IDE. Para mais entendimento desta natureza, em suma, abordaremos a experiência da integração do país no seio da União Econômica e Monetária da África Ocidental - UEMOA, enfatizando a evolução da atividade da França, da emissão monetária que culminou com a criação do Franco das Colônias Francesa em África - FCFA em 1945, que posteriormente foi rebatizado modestamente, como o Franco das Comunidades Financeira Africana - FCFA, mantendo a mesma sigla e função tutelar, sendo moeda emitida pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental – BCEAO, depois das independências em África nos anos 1960. Depois trataremos da Guiné-Bissau como último integrante da globalização monetária, a sua evolução técnica, caracterizado por setores e países membros, estes serão os principais destaques deste trabalho.

Apesar de, nos anos 1970, terem sido feitas as reformas, com intuito de não apenas africanizar os recursos humanos do Banco Central dos Estados da África Ocidental - BCEAO, mas da mesma forma remover a sua sede para o continente africano. Sem entrar em pormenores, pretendiam-se com esta reforma reduzir a tutela da França nas suas ex-colônias.

Em seguida, três anos depois foi estabelecido BOAD, o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental.

Como podemos perceber, e, concordamos mais uma vez com a afirmação do Coutinho e De Mello (2016), que segundo eles, é de demonstrar que, nem o desenvolvimento nem a estabilização estão automaticamente assegurados pela globalização. Ao contrário, tende a submeter às economias em desenvolvimento. Esta, ao oposto, tende a sujeitar as economias em desenvolvimento particularmente às novas armadilhas e compressões macroeconômicas que poderão custar longos anos de sacrifício e estagnação.

O ensejo por esse tema surgir com o estudo da economia no setor público e das finanças públicas. Nesse sentido, essa linha de pesquisa subvencionou a elaboração deste tema intitulado, o investimento direto dos estrangeiros em Guiné-Bissau, e também com base nos últimos acontecimentos dos sucessivos conflitos políticos e militares e da usurpação de poderes, pelos militares e os seus aliados políticos.

O investimento direto estrangeiro - IDE, pode dinamizar a capacidade inovadora da região através das políticas apropriadas, tornar mais barato os produtos básicos para exportação do país, e de proporcionar as infraestruturas essenciais, criação de emprego e elevar a produtividade geral da economia. Analisar o investimento direto estrangeiro por setores de atividades econômicas do país.

A partir do objetivo geral, vários objetivos específicos serão desenvolvidos na possibilidade de aprofundar em torno dessa problemática. Tais ações impedem que a sociedade acredite no desenvolvimento do milênio, entretanto é importante esclarecer esse poder hegemônico sobre os guineenses. Diante disso, o estudo terá relevância acadêmica e social, com intuito de desmistificar as verdadeiras causas, sobretudo no que concerne ao desenvolvimento do país que historicamente vem sendo interrompido.

O país obviamente vive das ajudas externas das entidades financiadoras como: Fundo Monetário Internacional- FMI, Banco Mundial- BM, dentre outras entidades juntamente com doações dos países mais desenvolvidos e ricos. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) do país, a taxa de desemprego é estimada em quase 40 por cento (40%), sendo que existe um grande número de famílias que dependem da agricultura para a sobrevivência, e ou, dos dinheiros enviados pelos imigrantes. A pergunta que se faz, é esta: Porque essa dependência?

Se a Guiné-Bissau é o sexto maior produtor da castanha de caju no mundo, um dos maiores fornecedores de peixes para o mercado internacional, rico em madeiras de primeira qualidade e com recursos naturais comprovadas, como: fosfato, bauxite, petróleo e ouro, isso sem falar da fauna e flora. Diante do exposto, o propósito deste trabalho é de esperar possível compreensão sobre o papel do Estado na perspectiva do crescimento econômico que visa o desenvolvimento de um país, através dos indicadores da macroeconomia e dos investimentos, nacionais e externos que serão propostos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

República da Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental do continente africano, estendendo-se por uma superfície de 36.125 km². A superfície habitável é apenas de 24.800 km², devido às terras inutilizadas pelas inundações das marés fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas regulares e periódicas (AUGEL, 2007). Sua população é atualmente estimada em 1,6 milhões de habitantes. O país se limita ao norte com Republica do Senegal, a leste e ao sul pela Republica da Guiné-Conakry e a oeste pelo oceano atlântico. Além do território continental, acrescenta-se ainda o arquipélago dos Bijagós, com mais de 80 ilhas e ilhéus, muitas delas desabitadas, de vegetação tropical densa separado do continente por diversos canais (INE, 2016).

Administrativamente o país está dividido em 8 (oito) regiões e 1 (um) setor autónomo, a saber as Regiões de Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quínara, Tombali e Sector Autónomo de Bissau, a capital. As regiões estão por sua vez divididas em setores (municípios) 36 no total e estes em seções (distritos), compostas por tabancas (aldeias). As regiões e setores são dirigidos por Comitês de Estado (Prefeituras), encabeçados por um Presidente, conforme descrito no site do INE (2016). As administrações regionais e setoriais dispõem de escassos recursos para o seu financiamento, sobretudo materiais e humanos. A perspectiva das eleições autárquicas poderão eventualmente conduzir à implantação de verdadeiros órgãos autónomos com meios e poderes para promover a desejada planificação regional e local e respectiva execução com vista ao real desenvolvimento económico e social das regiões (INE, 2016).

O país é conhecido pela sua superfície plano, segundo Augel (2007, p. 50), o clima é tropical, embora marítimo; nas regiões leste, no interior, apresenta-se com extensas planícies, desprovidos de umidade, enquanto selvas e florestas ocupam a parte ocidental.

O autor supracitado, afirma que o território continental é cortado por rios caudalosos como o Geba, o Cacheu, o Corumbal, o Mansoa, o rio grande de Buba e o rio Cacine, todos com inúmeros braços. A produção agrícola mais representativa, constituindo a maior percentagem das exportações do país, é o caju, cultivado por causa da castanha, exportada, sem processamento, em grandes quantidades. Já a produção de arroz é básica para a subsistência alimentar da população, Bissau é capital e de longe a cidade mais importante,

com maior número da população, estimado em cerca de 300 mil habitantes e onde se concentra quase toda a economia não proveniente da agricultura (AUGEL, 2007, P.50).

2.1 Pré - Colonização da Guiné-Bissau

Data de 1446 o primeiro registro de navegadores portugueses na costa da Guiné-Bissau, quando Nuno Tristão, vindo da costa senegalesa, atracou no trecho do litoral africano que veio a constituir mais tarde a província ultramarina portuguesa da Guiné. Nessa sua quarta viagem à “terra dos pretos”, encontrou a morte, tendo sido assassinado por “nativos hostis” conjuntamente com a sua vintena da tripulação. A hostilidade dos nativos tem sua razão de ser, na reação aos permanentes ataques de frotas portuguesas à costa ocidental do continente africano, quando sequestradores incursionavam pelas aldeias litorâneas, levados pela cobiça, aprisionando os escravos, “que eram o bem mais valioso dos navegadores” (SILVA, 2002 *apud* AUGEL, 2007).

Os portugueses chegaram a Guiné-Bissau, com o propósito de dominação e aproveitamento do país. Nesse meio tempo, esta ambição da potência colonial conheceu desassossego, tendo sido diante de uma resistência impar da parte do povo guineense. Esta resistência refletiu-se no curto período de dominação de Portugal em relação a este país, sendo menos de 60 anos no continente e 37 anos no arquipélago dos Bijagós, (MENDY, 1997 *apud* SAMBU, 2015).

O país, diferentemente de Angola e Moçambique, que foram colónias de povoamento, a Guiné-Bissau, foi uma colónia do enquadramento para exploração. Contudo, o fato de ser colonizada pelos Portugueses valeu-lhe direito especial de integrar a CPLP, criada em 1996, que integra Angola, Brasil, Cabo-verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São-Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

No plano monetário, ao contrário dos países da UEMOA, a Guiné-Bissau decidiu criar a sua própria moeda nacional, o Peso, depois de ter alcançado a sua independência a 24 de Setembro de 1973, substituindo a moeda portuguesa, o Escudo. Assim, foi criado o Banco Nacional da Guiné - BNG, que funcionou como um Banco Central, a Caixa de Tesouro e o Banco Universal (SAMBU, 2015 p.114).

Ainda, o mesmo, afirma que, a seguir a reforma monetária feita em Março de 1976, a moeda nacional, o Peso guineense em vez do Escudo português. Este último, cuja emissão tinha sido confiada ao Banco Nacional Ultramarino - BNU, tendo circulado desde 1902 no território que se tornou a Guiné-Bissau. Contudo, a história monetária do país tem sido caracterizada pela depreciação constante do Peso guineense, refletindo conseqüentemente na instabilidade dos preços. Se acrescentarmos a estes fatores ao fato da moeda nacional ser inconvertível, “podemos facilmente perceber das dificuldades pelas quais este País passou nomeadamente nos domínios do comércio internacional e do investimento estrangeiro” (SAMBU, 2015, p.115).

A 02 de Maio de 1997 num acordo assinado em Dakar, a Guiné-Bissau adotou o FCFA - Franco da Comunidade Financeira Africana, como moeda, integrando-se assim na UEMOA - União Económica e Monetária da África Ocidental que alberga países, que pertenciam às antigas colónias Francesa, nomeadamente, Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Porém, a língua oficial de trabalho desta comunidade é o francês, implicando enormes esforços da parte da Guiné-Bissau, de modo a acompanhar as atividades delineadas por esta organização, (BCEAO). Falaremos desse assunto no desenvolvimento deste trabalho.

De acordo com Mendes (2012), a moeda foi rebatizada após quinze anos da sua criação e utilidade:

[...] culminou com a criação do Franco das Colónias francesas em África (FCFA) em 1945, foi rebatizado como o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA), sendo moeda emitida pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), depois das independências nos 1960.

(MENDES, 2012, p.6).

Considerando a localização geográfica em comparação aos seus congéneres com os quais partilharam o mesmo passado colonial, considera-se a Guiné-Bissau um enclave, encontra-se geograficamente distante dos outros países exceto Cabo Verde, na medida em que, partilha as fronteiras físicas apenas com países francófonos, ou seja, antigas colónias Francesa, nomeadamente com a República do Senegal ao Norte e Leste e a Guiné-Conakry ao Sul. Assim, levando em conta as questões culturais a Guiné-Bissau aproxima-se mais dos seus vizinhos francófonos da sub-região, o que faz com que a integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA seja uma forma de reencontrar os irmãos, que foram separados relutantemente

pelas potências coloniais no decurso da conferência do Berlim de 1884, afirmou, (SAMBU, 2015, p.114).

2.2 Breve apresentação histórica das independências em África

Depois da independência da Índia, em 1947, que teve início o processo das independências dos territórios colonizados em África por países europeus. Em 1955, na Conferência de Bandung, na Indonésia, os representantes políticos dos países asiáticos e africanos afirmaram o seu compromisso na luta contra o colonialismo. Na África a sul do Saara, o Gana foi o pioneiro no continente africano a tornar-se independente, datado no ano de 1957, um ano depois, em 1958, foi à vez da Guiné-Conakry, já em 1959 foi o ano da Revolução Cubana. Em 1960 os chamados anos das conquistas, em que mais de 15 países deste continente proclamaram suas independências políticas. Seguindo em 1962 a Argélia tornou-se o primeiro país do continente africano a obter a independência após um conflito armado (COUTINHO, 2016).

Em Portugal, desde 1933 vigorava o regime de extrema-direita do nono Estado, o Império começou a ruinar em 1961 com a anexação dos territórios de Goa, Damão e Diu pela União Indiana. No mesmo ano, teve início a chamada, guerra colonial, no território de Angola. Foi no âmbito deste processo, que, de acordo com as fontes oficiais, o PAIGC - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde, foi fundado na clandestinidade em Bissau, a 19 de Setembro de 1956, três anos mais tarde, ocorreu o massacre dos trabalhadores do porto de Pinjiquite, em 03 de Agosto de 1959, na capital Guineense, Bissau, em que foram mortos 59 estivadores e dezenas de feridos, depois que estes reclamavam sobre os aumentos do salário.

Continuando com o Autor Supracitado, no ano de 1963 teve início a luta armada no território da atual Guiné-Bissau. Em 1972 organizaram-se as primeiras eleições nas chamadas “zonas libertadas”, com vista à constituição da Assembleia Nacional Popular, com o propósito a proclamar unilateralmente a independência, que foi findada em 24 de Setembro de 1973, após o assassinato do líder histórico do PAIGC, Amílcar Lopes Cabral, morto em 20 de Janeiro do mesmo ano, em Conakry. A independência da Guiné-Bissau foi então reconhecida pela maioria dos países da ONU. Foi com o golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974 em Portugal que se viabilizaram as negociações com vista à independência de Cabo Verde. O

PAIGC dominou então as outras forças políticas existentes no arquipélago, criadas, na sua maioria, após os acontecimentos de 25 de Abril em Portugal, a independência de Cabo Verde foi proclamada a 05 de Julho de 1975.

Coutinho (2016) ressalta que a partir daquela data, o país passou a viver sob um regime de partido único que apresentava uma originalidade: o mesmo partido dirigia a vida política de dois estados independentes, Cabo Verde e a Guiné-Bissau. Esta situação manteve até os anos 1980. No dia 14 de Novembro do mesmo ano, houve um golpe de Estado liderado pelos militares na cidade de Bissau, que acabou por levar à ruptura do PAIGC, que apesar da ruptura mantem o nome e a sigla, e, já nos arquipélagos de Cabo Verde, passaram a ser, PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

2.3 A África Independente e a Situação Neocolonial

De acordo com Fernandes (2007), as potências colonizadoras passaram por duas grandes guerras que fustigaram a Europa. O processo de descolonização do continente africano teve início após Segunda Guerra Mundial, a partir disso, as metrópoles coloniais europeias se enfraqueceram e perderam suas influências, o domínio econômico e militar sobre suas colônias. “Esses problemas, associados às campanhas, congressos e conferências feitos por alguns líderes africanos foram decisivos para a descolonização do continente” (FERNANDES, 2007).

Percebe-se que, desde sempre o processo de incorporação econômica foi impulsionado, pelas metrópoles durante a administração colonial e desenvolvida depois das independências pelos próprios líderes africanos, através de acordos e tratados que validavam a estabelecer um regionalismo aberto.

Nos anos 60 do século XX os estadistas africanos, comprometidos com os processos de independência do continente, criaram em 25 de maio de 1963, em Addis Abeba, capital da Etiópia, a Organização da Unidade Africana (OUA), cujos objetivos principais eram: a cooperação política para lutar contra a ocupação do continente pelos europeus e a cooperação econômica para promover o desenvolvimento do continente.

(FERNANDES, 2007).

A Guiné-Bissau, assim como em muitos países da África, possuem diversas línguas levando em consideração às variedades étnicas, que se dividem em grupos, possuindo cada um as suas línguas nativas africanas. Porém, no caso específico do país, é constituído por mais de vinte grupos étnicos, com línguas e costumes distintos. A língua oficial do país é o português é falada por apenas uma minoria da população guineense, enquanto, as etnias conservam as suas línguas e culturas, para além das línguas usadas por cada um dos grupos étnicos, existe uma língua o “crioulo” falada em todo território nacional figurada como a língua nacional do país, por ser um meio de comunicação Inter étnico da população de todo país. O crioulo de base portuguesa, e uma língua não oficializada, mas, é utilizada na administração e no ensino, sempre que for necessário mais principalmente na fala, já o português é dominado por cerca de 500 mil habitantes, de acordo com os dados publicado da assinatura de acordo ortográfico de 1990. Segundo os dados do último senso de 2012, a composição da população em termos porcentuais: Balantas (30%), Fulas (20%), Manjacos (7%), Mandingas (7%) respectivamente e (36%) compõem os mestiços e restantes das etnias são outros, (INEP).

Em 1993, 44%, ou seja, menos da metade da população falavam crioulo de base português corretamente, 11% falavam o português e os restantes, inúmeras línguas étnicas africanas. O crioulo da Guiné-Bissau possui dois a três dialetos, o de Bissau, o de Cacheu, e o de Geba (djiba) no norte e leste do país respetivamente. A presença do português no país não está consolidada, pois apenas uma pequena percentagem da população guineense tem o português como a língua materna e menos de 15% tem um domínio aceitável do português padrão. A zona falante corresponde ao espaço geográfico conhecido como "a praça", que corresponde à zona central e comercial da capital (Bissau). A situação se agrava devido ao fato da Guiné-Bissau ser um país encravado entre países francófonos e com uma comunidade imigrante expressiva vinda do Senegal e da Guiné-Conakri. Por causa da abertura à integração sub-regional e da grande participação dos imigrantes francófonos no comércio, existe presentemente uma grande tendência de as pessoas utilizarem e aprenderem mais o francês do que o português. Um grande número da população guineense se defende que, atualmente, o francês já é a segunda língua mais falada no país, depois do crioulo. (CERQUEIRA).

Percebe-se que não há uma opinião contrária da influência do francês no dia a dia dos guineenses, talvez seja ou não, por grande fluxo imigratório dos países vizinho que predominantemente ocuparam os maiores centros comerciais do país, nomeadamente,

mercado de Bandim e mercado Central, isso sem comentar dos contentores (quiosques), postos em quase todas as esquinas e ruas da capital e das principais cidades do interior.

Por fim, os resumos e ou abordagens aqui introduzidas possibilitaram a compreensão de como foi, a história da Guiné-Bissau durante o colonialismo e nos dias de hoje as populações locais deparavam com muitas restrições do regime opressor principalmente da administração do país e do seu desenvolvimento, do qual sustenta o primeiro capítulo.

3 DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

A Guiné-Bissau tem tido alguns dos desafios de desenvolvimento econômico mais difícil do continente africano, se não mesmo do mundo, combinando a uma pobreza extrema, segundo os avaliadores, FMI e BM, e crescente com uma fragilidade persistente. O crescimento econômico nunca acompanhou evolução da população desde os anos 1990, ou seja, a partir da “implementação” do ciclo democrático no país.

De acordo com o relatório do governo Guineense (2015), em várias circunstâncias, o sentimento dos Guineenses para o começo de um futuro próspero foi interrompido pela força. O golpe militar de 2012, a guerra civil de 1998, embora a paz tenha voltado um ano depois, mas não voltou conjuntamente com o dinamismo econômico, desde então, a fragilidade continua a marcar o contexto do país no que concerne na falta da capacidade, da responsabilidade e da legitimidade, isso torna o estado vulnerável como aponta: “[...] o Estado e as instituições não têm a capacidade, responsabilidade, ou legitimidade para mediar às relações entre grupos de cidadãos e entre os cidadãos e o Estado, tornando-os vulneráveis à violência [...]”, (TERRA RANCA, 2015). Isso demonstra que as pessoas não se entendem, ou antes, sobretudo as elites políticos não se entendem, a drástica situação socioeconômica e política coloca o país num abismo ao longo de muitos anos quando se fala da Guiné-Bissau, as palavras são infelizmente duras e cruas com relação a instabilidades política, a pobreza, até mesmo do narcotráfico, um estado sem estado ou pelo menos muito frágil, isso fez com que o país torne-se um lugar esquecido ao resto do mundo.

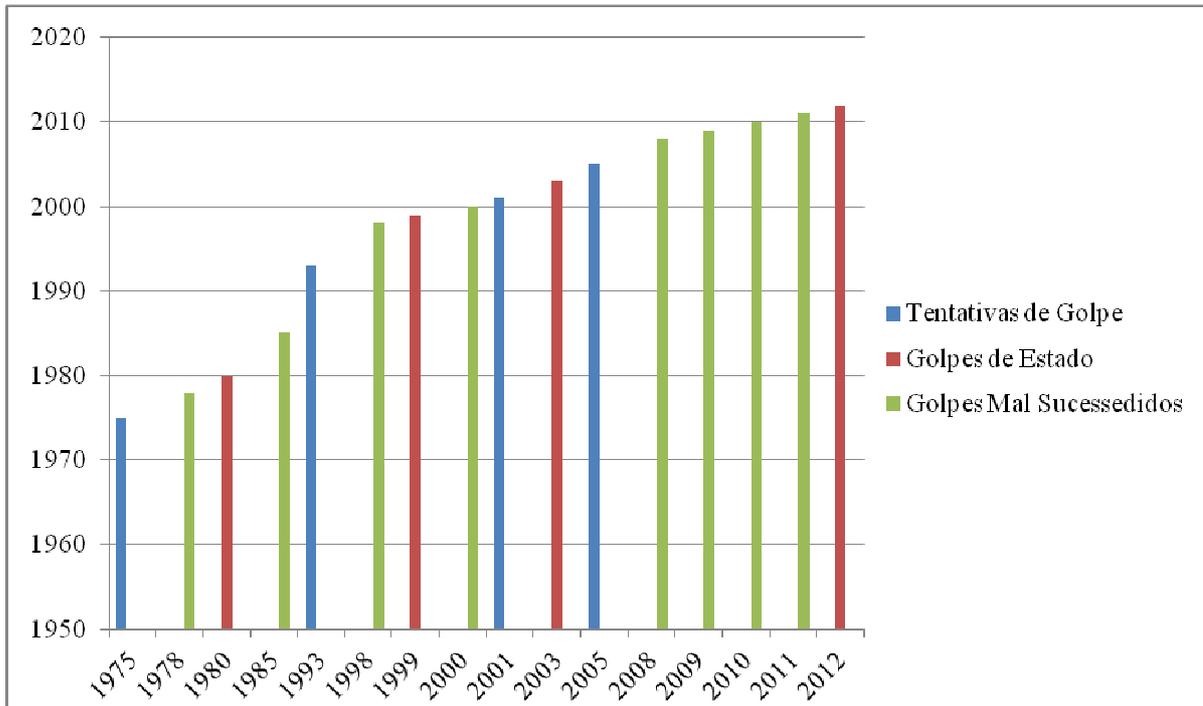
Segundo relatório anual de FMI/2015 indica que desde a independência, nem um presidente chegou a terminar o seu mandato na Guiné-Bissau. De 1974 a 2014, o país teve cinco presidentes preferidos através das urnas, cinco presidentes temporários, um presidente de transição e quatro golpes de estado,

[...] nenhum presidente concluiu o seu mandato na Guiné-Bissau. De 1974 a 2014, o país teve cinco presidentes eleitos, cinco presidentes interinos, um presidente de transição, e quatro golpes de Estado.

(FMI/2015)

Como podemos constatar no gráfico a baixo.

Gráfico 1 - Instabilidade Política Sistemática em Guiné Bissau



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FMI

Com isso, percebe-se que, o país apresenta grandes fatores de risco para os investidores, o objetivo de Desenvolvimento do Milênio está fora do alcance. Há graves falhas na organização do aparelho de estado com relação à política econômica, ou seja, a falta da política adequada como: (controle das finanças públicas, que ainda é rudimentar, sendo que, é o fator preponderante no crescimento econômico), para organização e funcionamento dos setores chaves para o desenvolvimento do país.

Um obstáculo importante subjacente à fragilidade, a instabilidade política crônica, pode, em princípio, ser superada não no período de uma geração, mas em período de tempo muito mais curto. Infelizmente, apesar dessa possibilidade teórica, a análise realizada por Bigombe *et al.* (2000) relativa à elevada probabilidade de recorrência de guerras civis também se provou válida para golpes de Estado. De facto, pelo menos no caso da Guiné-Bissau, os golpes de Estado e tentativas de romper a ordem constitucional têm sido omnipresentes.

(FMI, 2015).

O país foi independente há mais de 40 anos, mas até então parece ter parado no tempo, e obviamente contrariando o relatório do governo, baseado na estratégia do plano de

desenvolvimento (2015 - 2025), intitulado “Terra Ranka” ou dito de outro modo, (Terra Partiu), no entanto, para que direção partiu o país?

3.1 Análises do sistema econômico

Guiné-Bissau depende fortemente de ajuda externa. A balança comercial do país tem vindo, desde 2008, a mostrar-se deficitária e fortemente dependente das exportações de castanha de caju, cujo desempenho é afetado pela variação dos preços deste produto no mercado internacional e flutuação nas colheitas. (SAMBU, 2015; FERNANDES, 2007).

Ainda de acordo com os autores supracitados, o país vai continuar dependendo de importantes ajudas externas para financiar a grande parte das suas despesas “o orçamento de estado e outras atividades de desenvolvimento, sempre que aquelas rendas se revelam insuficientes para as suas necessidades”. (SAMBU, 2015; FERNANDES, 2007).

A dependência é, sobretudo, em relação aos mercados externos e é reforçada pelo facto de não se poder influenciar o mercado dos produtos que se exporta. Por outro lado, esses bens de exportação são, geralmente, bens cuja procura mundial não é crescente, mas sim estacionária ou mesmo decrescente.

(SAMBU, 2015).

Diante do exposto, percebemos que, de fato, o crescimento econômico através do investimento direto estrangeiro, marcha juntamente com estabilidade sociopolíticas, e as abundantes quedas do Governo são as testemunhas de um ambiente político frágil no qual a atividade econômica luta para assumir a sua função macroeconômica, e o fornecimento de serviços públicos, se quer as receitas não cobrem as necessidades mínimas, do orçamento do estado, por outro lado, parece-se também que estado deixou muito a desejar, desde os anos oitenta, após a implementação do comércio livre no país, não assumiu o seu papel, e, as três funções fundamentais na economia para um bom funcionamento de aparelho do estado, e concordamos com, (VASCONCELLOS, 2011 & COSTIN, 2010), como veremos em seguida:

Função Alocativa do governo está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado e à correção de externalidades (positivas ou negativas) na produção ou consumo de alguns bens e serviços. Essa função tem forte associação com a democracia.

(VASCONCELLOS, 2011, p. 403).

[...] trata-se normalmente de interesses coletivos, necessidades da população que precisam ser atendidas, e a alocação do dinheiro público para fazê-lo é relevante função do poder público [...].

(COSTIN, 2010, p. 4).

Função Distributiva – a distribuição de renda depende da produtividade do trabalho e dos demais fatores de produção do mercado. Ou seja, ela dependerá da oferta de fatores e do preço que eles atingem no mercado. Assim, se deixarmos o mercado funcionar livremente, teremos uma distribuição de renda que dependerá da produtividade de cada indivíduo no mercado de fatores, mas que sofrerá a influência das diferentes dotações iniciais de patrimônio. O governo funciona como um agente redistribuidor de renda à medida que, por meio da tributação, retira recursos dos segmentos mais ricos da sociedade (pessoas, setores ou regiões) e os transfere para os segmentos menos favorecidos.

(VASCONCELLOS, 2011, p. 403).

Função Estabilizadora – a função estabilizadora do governo está relacionada com a intervenção do estado na economia, para alternar o comportamento dos níveis de preço e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços não ocorrem de maneira automática na economia, [...] refere-se à atuação do estado, tanto no tocante aos investimentos públicos (fornecimento de bens públicos, infraestrutura básica), quanto no tocante aos incentivos e financiamentos para estimular os investimentos do setor privado, ambos visando ao crescimento econômico de longo prazo [...].

(COSTIN, 2010, p. 4).

No pensamento de Smith (1776), o grande expoente da economia moderna, conhecido por usar a expressão "a mão invisível", ¹ na sua obra *A Riqueza das Nações*, apontando a especialização como saída para aumentar a eficiência, criticando vivamente o velho sistema mercantilista.

De acordo com Barros (2015), a difícil situação persistente tem conduzido muitas famílias, em particular nas zonas rurais, e não só, também na capital no período da campanha de castanha, ou seja, na época da colheita de caju entre os meses de Março/Abril transfiram os filhos das escolas para o trabalho da colheita de castanha, principal fonte de renda das famílias. Atualmente, o analfabetismo atinge mais da metade da população e mesmo os que conseguem frequentar a escola, não dominam o português que é a língua oficial.

Segundo o relatório de FMI (2015), o país, a experiência recente demonstrou que mesmo com a assistência técnica intensa é incapaz de ajudar a construir instituições num

¹ Mão invisível é quando não a intervenção do estado e/ou do governo na economia. (SMITH, 1776).

ambiente onde o baixo capital humano se funde com instituições frágeis, busca generalizada de rendas e corrupção (FMI, 2015).

3.2 Panorâmicas econômicas

Antecipa-se que o aumento de PIB seja em média de 5% entre 2016 e 2018. A majoração do crescimento reflete da suposição que a produção do setor agrícola manterá suficientemente robusta e que alcança a estabilidade política que concede o retorno do financiamento dos doadores para sustentar a recuperação do setor secundário, e consequentemente na geração de energia elétrica e na distribuição de água.

A econômica da Guiné-Bissau continua a expandir-se apesar do impasse político e da suspensão dos fluxos dos doadores para o país. Após uma taxa de crescimento de 4,9% em 2015, projeta-se que o produto interno bruto PIB cresça mais de 5% em 2016, com base em informações preliminares que sugerem uma boa colheita de caju em 2016. Os preços de 350 – 450 FCFA por quilo de caju para os produtores e \$ 1.400 em média para as exportações são também muito positivos. Espera-se também um aumento da inflação com aumento das atividades econômicas, mas que deve ficar abaixo dos 3%. A situação fiscal ainda é afetada pela instabilidade política e pela suspensão do apoio orçamental (BANCO MUNDIAL, 2016).

Percebe-se que a situação do emprego, especialmente para os jovens não melhorou quase nada. A taxa de empregos para o grupo etário entre 15-24 anos é de 10,6% desde 2009, com uma taxa de 4,6% correspondem às mulheres. Com o emprego informal e o desemprego dos jovens, a taxa do desemprego é provavelmente, cerca de 30%, apesar de ser contraditório com os dados apurados pelo INE, que a taxa do desemprego é estima-se cerca de 40%. Assim, a questão do emprego estará no centro das opções estratégicas do DENARP II- Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, ao nível da agricultura, da pesca e das atividades de transformação.

Desse modo, em razão desses aspetos, constata-se que a economia da Guiné-Bissau continua a enfrentar grandes constrangimentos estruturais, tal como salientado no DENARP I.

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo, possui uma economia fomentada, essencialmente pela agricultura, caracterizada por um nível tecnológico rudimentar e virado, sobretudo para a subsistência. O IDE também é preferido se: o país hospedeiro é politicamente estável; a tecnologia é nova e controlada; a empresa é grande e envolvida internacionalmente e a capacidade de absorção da *licensing* é baixa, (DENARP I, 2005).

Segundo Bandarra, Levando em consideração a taxa de importação versus exportação, e o único porto com a capacidade para atracar os navios mercantes de médio porte, o velho porto de Bissau, onde as ferrugens tem território assegurado é também por onde entra no país muito mais do que o que sai.

3.3 Legislações econômicas da Guiné Bissau

De acordo com o Decreto – Lei nº 04/91, de 14 de Outubro, mencionado por; Borges e Kosta (2005), percebe-se que a legislação vigente sobre o investimento, decretado através da Lei nº 02/85, de 13 de Junho, e os Decretos nº 25-E/85 e o nº25 do mesmo ano, ambos da data supracitada, caracteriza-se, essencialmente, para antever o investimento estrangeiro, e por ter criado um mecanismo pesado e burocrático para a sua implementação,

[...] constitucionalmente consagrada, os investimentos privados, sejam nacionais, sejam estrangeiros, têm de ser suficientemente incentivados e rodeados de garantias sólidas, de modo a acolher e aproveitar todas as oportunidades de investimento.
(BORGES; KOSTA, 2005).

E por outro lado, percebemos que a partir do Decreto acima mencionado que cria o comercio livre em Guiné-Bissau, mencionados nos (artigos, 1º e 2º), que se seguem:

Art. 1º Na Republica da Guiné-Bissau, todas as pessoas singulares ou coletivas, gozam do direito de livre acesso e de exercício de atividades econômicas e lucrativas.

Art. 2º A promoção do investimento pelo governo, tem como objetivo o desenvolvimento econômico e social do país e a promoção do bem estar da população.

Com a entrada do documento oficial que concede um direito, espera o governo um acréscimo substancial do investimento privado nos setores principais da nossa economia, de maneira a prosseguir-se de forma harmoniosa, mas veloz, ao aumento de riqueza com vista ao desenvolvimento econômico e social do país. Procura-se por um lado, corrigir algumas assimetrias regionais e, por outro, atenuar certas dificuldades estruturais do nosso sistema econômico, (BORGES; KOSTA; 2005).

Continuando com os autores do “acesso ao crédito” III - dos impedimentos, regulamentado pelo artigo 53 da legislação econômica do país, percebemos que as

dificuldades ora enfrentadas tem tudo haver com a matéria e forma da lei que o rege, é importante destacar os números 1 e 2, do artigo supracitado:

- 1 Não é permitido a uma instituição financeira a concessão de crédito ou a prestação de garantias em montante superior ao equivalente 10% do seu capital social, sob qualquer forma ou modalidade, aos membros dos seus órgãos de administração ou fiscalização ou aos seus diretores, consultores, gerentes ou mandatários, bem como à empresa por eles direta ou indiretamente controlada.
- 2 As instituições financeiras deverão observar os limites que forem fixados pelo Banco relativamente à concentração de riscos.

(KOSTA; BORGES, 2005).

Percebe-se que realmente não é aceitável que uma instituição financeira permita o crédito ou a prestação de garantias em montante superior ao equivalente 10% do seu capital social e para que isso não ocorra as instituições financeiras deverão observar os limites que forem fixados pelo Banco relativamente à concentração de riscos.

4 PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS PARA ATRAIR OS INVESTIDORES

4.1 Castanha de caju

Segundo Sambu (2015), presente situação económica e financeira global desfavorável e rodeada de incertezas, próprias de clima de retoma gradual do crescimento económico mundial após a forte crise económica e financeira, de 2009, “[...] não melhorou o desempenho económica da Guiné-Bissau, uma pequena economia fortemente concentrada num só produto que é a castanha de caju”. (SAMBU, 2015).

Ainda de acordo com o autor, a pequena procura externa do produto, associada ao crescimento populacional gera um aumento de excedente de mão-de-obra que não é absorvida pelo mercado local de trabalho, devido à falta da execução de uma estratégia clara e bem definida para o setor da castanha de caju. “Isto obriga as populações que vivem no campo a procurarem na emigração uma oportunidade para melhorarem as suas condições de vida na cidade e/ou imigrar para o estrangeiro”. (SAMBU, 2015).

Segundo Borges e Kosta (2005) a economia da Guiné-Bissau apresenta grandes potencialidades de investimentos no setor de caju, razão pelo qual o governo deve pautar-se pelas políticas de “economia do mercado” livre concorrência que impulsionam o aumento do movimento contínuo de capital e conseqüente investimento, bem assim, a captação e enriquecimento do setor favorito, expansão e modernização de empresas.

De igual modo o sector cajueiro contribui para a geração de emprego, embora sazonal. Nesta matéria o governo projecta para os próximos tempos o lançamento de micros e pequenos indústrias de transformação da castanha de caju, para assim, assegurar a produção de valor acrescentado, bem assim, a reorganização da fileira produtiva e comercial, objetivando maior competitividade. Daí que o sector cajueiro tem constituído preocupação do governo por ser um dos mais estratégicos para o desenvolvimento económico da Guiné-Bissau pelo que urge dotá-lo de instrumentos ou normas reguladoras, com vista a disciplinar a intervenção no sector.

(KOSTA; BORGES, 2005).

Assim, percebemos que em Bissau, a capital o ritmo é de outro nível, ali se concentram milhares de pessoas em busca da sobrevivência cotidiana, é uma cidade muito movimentada e segura onde se misturam as várias etnias do país dos Balantas aos Bijagos, dos Pepéis aos Mandingas, dos Fulas aos Manjacos e etc, é também onde convivem as várias religiões. Há gentes de mais de 30 grupos étnicos, um povo muito pacífico, orgulhosos e solidários, mas pobres, muito pobres como sempre foram. Graças à natureza e a solidariedade dos povos não há fome na Guiné-Bissau, mas admite a má nutrição, conforme às estatísticas da ONU que não mentem a Guiné-Bissau é 5º país mais pobre do mundo, a instabilidade política também não ajuda.

Não se sabe bem se o aumento da participação de 99% de castanha de caju em 2006 e 2007, comparada com uma participação ligeiramente inferior nos anos anteriores, se deve ao desaparecimento de outros produtos marginais de exportação, ou a uma mudança de metodologia estatística. (ANAG).

De acordo com Sambu (2015), somente 4% da produção é transformada ao nível nacional, o restante é exportado sob forma bruta. A castanha, “ocupando 47% da superfície cultivada e implicando 80% das populações rurais nas atividades agrícolas, é um sector estratégico para a atração de investimento direto estrangeiro, criação de empregos e redução da Pobreza” (SAMBU, 2015).

4.2 Agricultura

Para Borges e Kosta (2005) O dinamismo deste setor resulta da expansão da implementação a nível nacional e regional de grandes projetos de investimento e programas em sistemas de irrigação e aumento da produtividade.

Apesar, que as mulheres também fazem a irrigação permanente, obtendo água dos canais ou bacias escavados até o lençol subterrâneo. Durante longos períodos, as pernas e os ombros das mulheres e dos filhos carregados de jugos foram às únicas “máquinas” conhecidas, ou mesmo utilizadas para puxar água, para regar as suas hortaliças, a fim de, dar sustento aos seus filhos, há algumas que sustentam até o marido.

4.3 Terra/exploração mineral

O desenvolvimento do potencial da mineração tem desempenhado um papel importante, mas esse desempenho deve-se mais para a melhoria da qualidade das políticas econômicas e programas de investimento ambiciosos em execução para reduzir as restrições na infraestrutura (SAMBU, 2015).

Percebe-se que esses recursos naturais ainda não desempenharam o papel econômico que seria fundamental para aproximar o investimento estrangeiro, para o desenvolvimento dos setores mais débeis e para o crescimento da nossa economia, conseqüentemente para a criação de empregos e melhoria da qualidade de vida da população.

4.4 Pesca

Pescas – DL nº 06 – A/2000 de 22 de Agosto, considerando a urgente necessidade de racionalização a exploração dos nossos recursos haliêutica, o que passa pela criação de condições de vigilância, de fiscalização acentuada e rigorosa das nossas águas marítimas. Considerando igualmente, a necessidade de se proceder à adequada e atualização do quadro legal existente no país sobre a pesca, que inclui a agravação significativa das sanções que recaem sobre os navios pesqueiros por infracção as suas disposições ou aos seus regulamentos e, particularmente, sobre os navios pesqueiros licenciados legalmente. (BORGES; KOSTA, 2005).

De acordo com Moura (2011), o quadro é um pouco explicativo, todavia, uma vez que volumes importantes de pescado são também exportados das águas da Guiné-Bissau. Estas exportações não aparecem nas estatísticas oficiais do país devido à estrutura específica das normas de origem do pescado. “O pescado toma a nacionalidade do navio que o captura, independentemente do lugar onde é capturado”. (MOURA, 2011).

Concordamos que, é verdade, apesar, que é do “senso comum” que os mares dos bijagós são um legítimo viveiro de peixes, a natureza instalou em Guiné-Bissau uma espécie de maternidade de peixes a maior da costa ocidental africana, que fez com que, o estado

guineense nunca tenha fechado as portas aos navios pesqueiros como tenham sido em alguns países da sub-região, para reprodução de peixes.

Considera-se que, com as potencialidades naturais do país, e com base nas palavras de Bandarra, que “Guiné-Bissau, um paraíso na terra, podia ser por estas bandas, mas não é a natureza é prodiga as paisagens enchem os olhos e com apenas 1,6 milhões de habitantes, tem tudo para ser muito rico, bastavam às pescas e o turismo para não falar da agricultura”, e das várias outras riquezas mineras comprovadas, e já supracitadas, apesar de tudo isso, mas não é um país rico por falta da responsabilidade ambicioso dos seus governantes.

5 INVESTIMENTOS DIRETO ESTRANGEIRO EM GUINÉ BISSAU

Neste capítulo será feita uma abordagem do Investimento Direto Estrangeiro IDE e a sua reflexão na economia guineense, com destaque a sua integração sub-regional. Para mais entendimento desta natureza, em suma, será abordada a experiência da integração do país no seio da União Econômica e Monetária da África Ocidental - UEMOA, enfatizando a evolução da atividade da França, da emissão monetária que culminou com a criação do Franco das Colônias Francesa em África - FCFA em 1945, que posteriormente foi rebatizado modestamente, como o Franco das Comunidades Financeira Africana - FCFA, mantendo a mesma sigla e função tutelar, sendo moeda emitida pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental - BCEAO depois das independências em África nos anos 1960, (Mendes, 2012). Depois trataremos da Guiné-Bissau como último integrante da globalização monetária, a sua evolução técnica, caracterizado por setores e países membros, estes constituirão os principais destaques deste capítulo.

Apesar de que, nos anos 1970, terem sido feitas as reformas, tentando não apenas africanizar os recursos humanos do BCEAO, mas também remover a sua sede para o continente africano. Sem entrar em pormenores, pretendiam-se com esta reforma reduzir a tutela da França nas suas ex-colônias. Em seguida, três anos depois foi estabelecido BOAD, o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (MENDES, 2012).

É de suma importância à investigação científica desenvolvida sobre investimentos em Guiné-Bissau, trazendo para discussão o Capital Humano, a dependência de castanha de caju, a identificação e desenvolvimento de setores promissores que são a castanha de caju, agricultura, pesca que poderão dinamizar um crescimento em curto prazo, se não de imediato, levados em considerações as suas potencialidades que poderão contribuir para o aumento das exportações e do possível crescimento de emprego; a promoção do investimento destinado ao reforço e eficiência. Com relação as infraestruturas, especialmente uma política de desenvolvimento das infraestruturas, apontamos as rodovias, a energia elétrica e comunicações como um dos fatores, de maior interesse da atualidade, para captação de Investimento Direto Estrangeiro - IDE. Os resultados encontrados durante o seguimento das investigações que desenvolveram permitirá que os responsáveis pela condução da política

econômica Guineense saibam qual o caminho que o país deve percorrer nos próximos passos rumo a desenvolvimento.

5.1 Discussão e Análise dos Resultados

O Investimento na Guiné-Bissau é atualmente regulado pela Lei nº 13/2011 - Código do Investimento - que tem por objetivo tornar o país mais atrativo, tanto para o investimento externo quanto para o investimento interno.

Em Guiné-Bissau, a importação se reina através de uma Pauta Externa Comum - PEC, que responde aos propósitos da União Econômica e Monetária da África Ocidental - UEMOA. Diante da situação, a importação de bens sociais essenciais, material de informática, bens de equipamento, bens culturais e científicos são isentos de taxaço, no que se refere aos direitos aduaneiros. Já o preço das matérias primas, incluindo petróleo e cereal para a indústria e produtos intermédios, como veículos, sofre taxaço de cinco e dez por cento, respectivamente, calculados sobre o valor FOB. Já o preço dos bens de consumo final, sofre taxaço de 20%, também sobre o valor FOB (PALOP).

Podem ainda ser cobrados, ainda, outros impostos, como o Imposto Especial sobre o Consumo, que incide sobre o preço de produtos como o tabaco manufaturado (25%), perfumaria (15%), bebidas alcoólicas (25 a 40%). O Imposto Valor Acrescentado – IVA incide sobre o preço dos produtos importados uma taxa geral de 15%.

(PALOP).

Percebemos que, em muitos casos admitia-se o uso das barreiras tarifárias das alfândegas bastante elevadas, que impedem investimentos diretos estrangeiros e por outro lado, a má qualidade dos portos para atracar os navios transcontinentais de grande porte. O que demonstra que o estado não tem flexibilidade para manejar as tributaçoes aduaneiras, o que significa dizer, que o país vive dependendo da globalizaço da qual está inserida.

Às ferragens que ocuparam territórios nos portos, a falta de limpeza, ou seja, da escavaço que permitiriam atracar qualquer navio, fez com as mercadorias que deveriam ser desembarcados nos portos de Bissau, tenham que ser desembarcados nos portos do Senegal ou da Gambia, para depois seguir de caminhões para o destino final, percebe-se que isto aumenta substancialmente o custo e diminui o benefício dos investidores associados com as barreiras alfandegárias, notando que as dificuldades ainda são imensas.

Com a globalização o estreitamento das conexões entre as nações, o comércio, o investimento e fluxos de capitais, a política de desenvolvimento se reduziria à criação das condições próprias para atrair investidores, lubrificando-se ao máximo a liberdade privada de acumulação, (COUTINHO; DE MELLO BELLUZZO, 2016).

Para Coutinho e De Mello (2016), nem o desenvolvimento nem a estabilização estão automaticamente assegurados pela globalização, pelo contrário, tende a submeter às economias em desenvolvimento. Esta, ao oposto, tende a sujeitar as economias em desenvolvimento particularmente às novas armadilhas e compressões macroeconômicas que poderão custar longos anos de sacrifício e estagnação.

Isso nos demonstra que, depois de azedo de duas “décadas perdidas”, da entrada da Guiné-Bissau, na UEMOA, pela crise das dívidas com a comunidade internacional, é trágico que o país deixe de vulnerabilizar novamente como resultado da plethora de capitais. (COUTINHO; DE MELLO BELLUZZO, 2016).

Particularmente [...] – a novas armadilhas e constrangimentos macroeconômicos que poderão custar longos anos de sacrifício e estagnação. Depois de amargar umas “**décadas perdidas**”, pela crise da dívida dos anos 80, é trágico que a região se deixe vulnerabilizar novamente como resultado da plethora de capitais [...].

(COUTINHO; DE MELLO BELLUZZO, 2016).

Ainda os mesmos afirmam que, é verdade que os Estados Nacionais da UEMOA, vêm sendo enfraquecidos pela globalização. No entanto, como veremos adiante, sem um Estado capaz de preservar minimamente um espaço de autonomia para a sua gestão macroeconômica, como é caso da Guiné-Bissau, particularmente no que toca às taxas de câmbio e de juros e à sustentação de condições saudáveis em seu balanço de pagamentos, a submissão às finanças globalizadas pode ser traiçoeiramente prejudicial para o desenvolvimento.

Segundo Mendes (2012), destacando a decisão do conselho europeu n.º 98/683, da comissão europeia – CE, datado em 23 de Novembro de 1998, afirma que em Janeiro de 1999, autorizou a França de continuar a sua cooperação na Zona franco, com vista a sua entrada na zona do euro, a sustentação da cooperação que vinha desde os tempos coloniais foi mantida, Acaba por reconhecer a natureza orçamental desta cooperação. Desta decisão, resultou a ancoragem automática dos francos CFA ao euro por uma paridade fixa de 01 Euro por 655, 9570 FCFA. Portanto:

No plano monetário, esta reforma é patenteada pela maior independência do BCEAO cuja missão principal passou a ser de estabilidade de preços. Todavia, a conta de operações aberta nos livros de Tesouro da República Francesa continua a constituir o elo de ligação entre os países africanos membros da zona CFA e a França (União Europeia). Mediante esta conta a França garante a convertibilidade ilimitada dos francos CFA e em contrapartida, os países africanos membros comprometem-se a depositar nela 50% das suas reservas em divisas e a respeitar um conjunto de princípios nomeadamente a liberdade da circulação de capital no seio da Zona Franco, a manutenção da paridade fixa, a partilha das reservas de divisas (MENDES, 2012).

Diante do exposto percebemos que a Guiné-Bissau, talvez tivesse uma sensação de integrar a UEMOA devido à vizinhança se não, porque viveu muitos anos de oscilações macroeconômicas que deixa fortes impressões nomeadamente, uma depreciação do peso, moeda na época, um sistema financeiro deficitário e persistente das contas externas e das finanças públicas um mercado pouco atrativo aos investidores. E por outro lado, concordamos com Mendes (2012), “[...] produção pouco diversificada, com a castanha de caju a constituir 90% do valor das exportações totais do país. Igualmente, o Investimento Direto Estrangeiro e a poupança eram baixos devido a não convertibilidade da sua moeda”.

A integração é uma das opções mais adequadas que um país pode adotar para melhoria do crescimento da sua economia, mas quando os resultados não são como esperados podemos seguir os exemplos de alguns países como, Mauritânia, Guiné-Konakry e Mali, até porque foram da ex-colônia da França, mas mesmo assim não adotaram a moeda por motivos alheios a depender de cada situação.

Segundo Fernandes (2007), em 1963 um ano após a criação da união monetária o Mali, liberou-se desta organização e ao passar dos onze anos foi também a vez da Mauritânia, desvinculou-se e nunca mais voltou a reintegrar-se até então. Anos mais tarde Mali reintegra a União novamente em 1984, modo a beneficiar dos privilégios que a moeda comum oferece nomeadamente, já Guiné-Conakry, nunca fez parte da união após a sua independência em 1958 criou a sua própria moeda – (franc guinéen), mantendo apenas o primeiro nome da moeda que vinham usando desde a época colonial, “a facilidade nas trocas comerciais entre os Estados membros, a garantia na assinatura de contratos, a garantia da convertibilidade da moeda pelo tesouro francês e existência de uma instituição monetária comum da emissão da moeda” (FERNANDES, 2007).

Lembrando que o país aderiu a UEMOA, em 02 de Maio de 1997 e conseqüentemente a CEDEAO, que foi criada em 1975 e é composta atualmente por quinze Estados-Membros. Inicialmente, a constituição desta comunidade teve como objetivo principal a diminuição das barreiras tarifárias e não tarifárias; a supressão dos direitos e taxas de importação; a eliminação das restrições de comércio inter-regional; a introdução progressiva de uma política comercial comum; a supressão dos obstáculos à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais; e a harmonização das políticas económicas, industriais, agrícolas, monetárias e de infraestrutura.

Percebemos que esse sistema de comércio inter-regional, não favorece a Guiné-Bissau, levando em consideração as estatísticas da importação e exportação, demonstram que o país é mais importador do que exportador apesar das pequenas alterações em alguns anos, mas que não são suficientes para mudar a panorama, como podemos ver na tabela.

Tabela 1 – Estatística de Importação e Exportação

ANOS	IDE	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1997	13,8	28,3	42,7
1998	00	15,8	30,7
1999	20,7	31,5	25,6
2000	9,4	40,8	37,5
2001	9,1	44,9	44,5
2002	27,2	45,9	43,1
2003	9,4	56,1	46,3
2004	15,4	75,8	116,2
2005	23	89,6	123,4
2006	17,7	61,5	133,9
2007	15,8	73,2	113,1
2008	28,6	76,9	127,2
2009	32,6	73,1	136,5
2010	494,7	84,5	148,1
2011	29,5	136,2	173,6
2012	25,1	87,5	147,5

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da BCEAO.

A integração no espaço mais amplo da BCEAO é, assim, uma mais-valia para a Guiné-Bissau no que respeita a capacidade de captação de capital externo, criando-se desse modo, condições para colmatar a exiguidade do seu mercado interno e a inexistência de uma tradição comercial, em termos de economia formal, com os países com quem tem fronteiras comuns. (BCEAO).

De acordo com os dados do PNUD/2012, estes países são os símbolos de um mercado potencial de 318.500.013 milhões de habitantes e gozam de uma razoável estabilidade política e dispõem de uma moeda estável e livremente convertível, (Franco CFA), ou de outro modo, conhecido por, Franco das Colônias Francesa em África, (PNUD, 2012).

Entendemos que, acerca da estabilidade política não é razoável, mas sim crônico na Guiné-Bissau, existe inércia de alguns fatores de produção, principalmente relacionado ao emprego, levando em consideração às barreiras que lhes são impostas a exemplo a língua Francesa, mas por que razão o adesão da moeda única seria a melhor forma de sair da crise persistente?

Entretanto, a língua oficial de trabalho desta comunidade é o francês, implicando enormes esforços da parte da Guiné-Bissau, de modo a acompanhar as atividades delineadas por esta organização (SAMBU, 2015). Expressar-se bem em português ainda é um problema para quase todos e até para muita gente da elite, ainda assim, há uma grande sede de aprender o Francês muitos frequentam as escolas que ensinam a língua, a fim de garantirem um emprego melhor, mas a tarefa ainda é árdua, por conta disso, o país não preencheu totais das vagas dentro da organização. As poucas empresas que operam no país empregam mais gente de fora do que de dentro do país, por não sabem falar o Francês.

5.2 Os Efeitos de Investimento

Segundo Sambu (2015) citando Silva (2002), o investimento direto estrangeiro pode estar em concordância com o aumento de dimensão econômica ou com círculo defeituoso de pobreza para os países. Coloca com precisão “O Estado e mercados não estão separados, combinam-se, resultando daí determinados efeitos, que podem ser bons ou maus” (SILVA, 2002 *apud* SAMBU, 2015). Portanto:

A globalização, na sua vertente económica, criou maior interdependência entre as empresas, governos e outras instituições supranacionais. Se por um lado, os governos podem ver as suas políticas económicas enfraquecidas [...] ao mesmo tempo o desenvolvimento de empresas nacionais globais é um dos fatores-chave para a competitividade em vários setores. Fazer parte da cadeia de valor global pode ser o diferencial para a empresa nacional ter maior acesso a I&D e a fornecedores qualificados, por exemplo. Países que estimulam o IDE *inward* e *outward* de forma estratégica, como a Irlanda, a China, os países do sudeste asiático, entre outros, alcançaram alto crescimento económico, ainda que não necessariamente nas mesmas fases, mas de uma forma coerente, (SILVA, 2002 *apud* SAMBU, 2015).

A pressuposição básica encontrado na literatura económica origina do modelo neoclássico, é de que o IDE aumenta o bem estar nos país que o hospedam, a não ser que as condições ótimas sejam desvirtuadas significativamente, como é o caso da Guiné-Bissau.

No entendimento de Sambu, (2015), é importante realçar que o IDE, “é provedor de capital, incentivador do crescimento económico, criador de empregos e melhores salários, efeitos na balança de pagamentos, [...], nas relações interindustrial, na estrutura de mercado e no meio ambiente”, (SAMBU, 2015).

Entretanto, para que tudo isso aconteça, é preciso dinamizar uma capacidade de conjugar os objetivos económicos com a responsabilidade social das empresas, de forma a satisfazer o específico e o geral. Conforme Andrade, (2010), aponta:

A acirrada aceleração na busca pela sobrevivência empresarial frente à nova realidade de mercado globalizado fez com que as empresas buscassem cada vez mais utilizar processos seguros objetivando diminuir os impactos e os danos causados: O conceito de sustentabilidade utiliza a argumentação para o desenvolvimento sustentável como matéria interdisciplinar, na qual trabalha com três grandes temas que compõem o “triple bottom line”, ou seja, com atuação nas esferas ambientais, sociais e económicos.

Na medida em que a sociedade aumenta o nível de exigência para que as empresas apresentem melhor desempenho nas questões públicas e sociais compatíveis com o seu desempenho económico, novos valores são inseridos no contexto empresarial, como exemplo: princípios éticos, práticas de gestão, aplicação de tecnologia e responsabilidade social corporativa, (ANDRADE, 2010).

Para o autor supracitado a capacidade de utilizar com eficiência e criar os recursos ligados aos conhecimentos dispersos por diferentes localizações, conjugar os objetivos económicos com a responsabilidade social da empresa, de forma a satisfazer o específico e o geral, e a questão da formação de alianças como forma de serenar, por exemplo, a concentração do mercado.

A Guiné-Bissau tem vindo a revelar-se como um dos países que mais chama atenção nos destinos de Investimento Direto Estrangeiro - IDE. Nesse meio tempo, um relatório recente mostra que as indústrias extrativas estão procurando país para investirem, mas por conta da instabilidade política, as duas empresas mais vantajosas, não executaram os seus projetos. Como podemos constatar na tabela a baixo:

Tabela 2 - IDE na Guiné-Bissau: projetos *greenfield* de maior dimensão, entre 2003-2010

Empresa	Investimento estimado (milhões de dólares norte-americanos)	Criação estimada de postos de trabalho	Ano	País de origem	Setor	Área chave de negócio
Champion Resources	480,90	289	2003	Canadá	Carvão, petróleo e gás natural.	Extração
France Télécom	400	123	2007	França	Comunicações	TIC e infraestruturas de <i>internet</i>
Ecobank	9,20	16	2007	Togo	Serviços financeiros	Serviços prestados às empresas
Banco da África Ocidental	18,40	32	2009	Camarões	Serviços financeiros	Serviços prestados às empresas
Total	909	460				

Fonte: SAMBU, 2015 .

Nesse cenário da CDEAO/UEMOA, a Guiné-Bissau é o território que menos recebe o investimento direto estrangeiro IDE, apesar das várias tentativas dos sucessivos governos, mas sem efeito, que têm vindo a refletir no PIB nacional. “para tornar o país mais atrativo ao investimento e de potenciar o seu crescimento. Estes números são em parte explicados pela instabilidade política do país, que tem condicionado” (SAMBU, 2015).

Tabela 3 - Taxa de crescimento real dos Estados membros da UEMOA PIB (%)

PAÍS	2012	2013	2014 Previsão
Benim	5,4	6,2	6,5
Burkina-Faso	9,0	6,8	6,8
Costa de Marfim	9,8	9,0	9,1
Guiné-Bissau	-1,5	0,3	3,5
Mali	-0,4	5,1	6,6
Níger	11,1	3,6	6,5
Senegal	3,5	4,0	4,2

Togo	5,9	5,0	6,2
UEMOA	6,5	6,3	7,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de BCEAO.

5.3 Potencialidades e Perspectivas de Crescimento

Segundo Sambu (2015), afirma que depois de 12 anos de agitações socioeconômicas e políticas, que se marcou através reaparecimento da intimidação moral, mais uma vez o país tenta reedificar a sua economia. O qual inclui, no essencial, a organização e os mecanismos de funcionamento da sua própria economia, que passa por um crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável e o fim do bem-estar social da sua população.

Às potencialidades do país, revestem-se de particular interesse os recursos económicos ambientais, para além das qualidades distintivas e culturais, institucionais e políticas. Estes compõem, no seu total um conjunto de fatores que no futuro pode vir a mudar-se, caso se descubra deles um aproveitamento que maximize a qualidade de aplicação de recurso e de aumento em dimensão económico. Este deve ser, em primeira análise, numa suporte que sustente o caminho da autossuficiência alimentar e, em última instância, para ir além da crise estrutural até agora existente nos diferentes domínios e setores da atividade económica e no alcance da solidez económica, (SAMBU, 2015).

5.4 Setores Promissores

5.4.1 Setor pesqueiro

Segundo Miguel Barros, entrevistado pelo jornal lusa, “Diário de Nordeste”, afirma que “o acordo de pesca mais transparente é com a união europeia, porque envolve acordo de parceria no domínio da pesca sustentável entre Guiné-Bissau e União Europeia”, as autoridades europeias pagam de quatro em quatro anos um valor de 36.800.000 milhões de euros, baseado no relatório anual da União Europeia, Nov./2016. Como podemos constatar na tabela abaixo:

Tabela 4 - Ilustrativa Dos Contratos Da Pesca Com a E.U.

Vigência do acordo:	04 anos, renovável (16.6.2007 – 15.6.2011) (16.6.2011 - 15.6.2015)
Vigência do protocolo:	03 anos (24.11.2014 – 2.11.2017)

Tipo de acordo:	Acordo de pesca multe espécies.
Contribuição financeira:	9.200.000 EUR por ano, dos quais 3.000.000 EUR por ano para apoio ao setor das pescas.
Tonelagem de referência:	Não

Fonte: União Europeia – UE, relatório anual/2016.

Como mencionado no segundo capítulo “o pescado toma a nacionalidade do navio que o captura, independentemente do lugar onde é capturado”, (Moura, 2011). Neste contexto, o estado guineense deve equipar a marinha de guerra nacional com matérias técnicas e tecnológicas, vedetas rápidas e computadorizadas, para que este setor responsável de fiscalização dos mares possa controlar os navios licenciados e o não licenciados que violem nossas águas, sabendo da fragilidade do estado em controlar. E também treinar e equipar os expectore marítimo, que apesar, de embarcarem nos navios licenciados se não possuem meios adequados para controlar, é como se não fossem, feito isso aumentaria muito a vaga do emprego dos marinheiros.

5.4.2 Setor agrícola

O país, segundo a estatística das Nações Unidas consta na lista dos países mais pobres do planeta, como já foi apontado no capítulo anterior, possui uma economia fomentada, fundamentalmente pela agricultura, caracterizada por um nível tecnológico rudimentar e virado, sobretudo para a subsistência.

Comprendemos que, evidentemente, esse sistema só permite uma colheita por ano; por outro lado a curta duração do ciclo agrícola liberava grande quantidade de mão de obra para os volumosos trabalhadores, embora temporários, para com isso, há uma necessidade da mecanização do sistema agrícola, e, da irrigação de forma a industrializar para suprir as exigências do mercado nacional e posteriormente exportar para a nossa sub-região africana, tendo arroz como o básico da dieta alimentar será um grande investimento para a economia nacional. Já para Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau - ANAG, Estima-se que o melhor aproveitamento de extensas áreas de cultivo de arroz, ainda [...] totalmente inexploradas, bem como o apuramento das espécies e uma utilização maior de fertilizantes, permitiria um aumento de produtividade na produção de arroz [...].

Portanto Sambu (2015), afirma:

Existe mais de 300.000 hectares de terras apropriadas para o cultivo de arroz insuficientemente aproveitadas, o que obriga a Guiné-Bissau a importar 50.000 a 65.000 toneladas de arroz por ano. Uma exploração mais integrada das diferentes fileiras de produtos, através de um melhor ambiente de negócios, pode gerar valor acrescentado industrial através de atividades [...] (SAMBU, 2015).

Diante do exposto percebe-se que, no entanto, paradoxalmente o país foi obrigado há postar nos anos 80 na monocultura de caju, e, é hoje até tende de importar arroz da Ásia, sobretudo do Paquistão, Tailândia, China e etc. Apesar de que podemos afirmar que, não há fome em Guiné-Bissau, mas sim a má nutrição, o que é mais perigoso disto é que, o arroz, é alimento básico da dieta nacional, faz com que a própria produção de monocultura de caju e a dependência de arroz tornam o país dependente do mercado externa. “O setor agrícola tem grandes potencialidades de desenvolvimento. As perspectivas para o setor agrícola são claramente positivas o clima e a qualidade do solo são favoráveis a culturas de rendimento [...]” (SAMBU, 2015).

5.4.3 Setor cajueiro

Contudo, somente 4% da produção é transformada ao nível nacional, o restante é exportado sob forma bruta. A castanha, ocupando 47% da superfície cultivada e implicando 80% das populações rurais nas atividades agrícolas, é um setor estratégico para a atração de investimento direto estrangeiro, criação de empregos e redução da Pobreza, (SAMBU, 2015; DGA, 2012).

Nota-se que há grande necessidade de inverter esses dados supracitados, a fim de criar as indústrias de transformação da castanha de caju como a forma de estabilizar o volumoso número de emprego que este setor oferece, feito isso, com certeza será aperfeiçoados os níveis de preço para os agricultores e também diminuirá o risco da extinção das nossas florestas em detrimento da plantação de cajueiros, que é a única forma de sobrevivência de muitas famílias. Feito essas mudanças mudará a vida dos seres humanos e consequentemente protegerá as nossas florestas.

A incidência dessa crise persistente tem sido considerável no plano social com a queda radical do nível de vida numa grande parte da população e o estrago dos indicadores sociais.

A governança econômica e financeira foi vigorosamente acanhada por este período, a instabilidade política, a má gestão na condução do país, e as dificuldades para pôr em prática as reformas, na modernização do sistema de gestão da coisa pública destruíram profundamente a qualidade da gestão das finanças públicas e de vários outros setores-chaves para o desenvolvimento do país, e no investimento direto estrangeiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou uma possível compreensão de como conseguir tirar o maior proveito do Investimento Direto Estrangeiro-IDE para a economia do país. Como se pode perceber que as consequências estão dependentes das condições da instabilidade persistente do país e por outro lado, podemos afirmar que o papel preponderante para alcançar o fim pretendido depende das autoridades locais que podem tomar medidas de forma que o país apresente as condições necessárias para favorecer o desenvolvimento, através dos efeitos positivos e diminuir os negativos, como se pretende. De outro modo, a hipótese será selecionar os setores promissores para chamar atenção dos investidores estrangeiros ou nacionais que poderão melhorar o crescimento econômico e na criação do emprego.

Por outro lado, percebe-se também que a integração da Guiné-Bissau à União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA), em 02 de Maio de 1997, não colaborou na execução para o processo de desenvolvimento do país, dito de outro modo, não auxiliou a combater a pobreza, nos tocantes da desigualdade social, do desemprego, entre outras necessidades, que a globalização monetária poderia proporcionar ao país, mas devido à fragilidade da UEMOA, da dependência da tutela da França na emissão da moeda e da persistente instabilidade política não permitiu a sua integração de uma forma positiva nesta União.

Verificou-se ainda que, a implementação de novos bancos foi uma realidade, mas o sistema bancário e as suas políticas de concessão de crédito, apesar de ter registrado a existência de novos bancos comerciais continua precário, devido a sua dificuldade no sentido de efetuar os empréstimos tanto para os setores da atividade econômica, principalmente a agricultura, como para a população, limitando um valor de dez por cento em proporção do capital social da instituição.

No que se refere ao domínio de infraestrutura, encontra-se em uma situação bastante precária, e não facilitam a locomoção que ajuda as atividades econômicas. Os portos, as

rodovias, a energia elétrica e as comunicações como exemplos, esbarra na escassez de equipamento adequado para seu pleno funcionamento, o que permitiu a elevação dos preços nos mercados, devido ao alto custo de transporte.

A Guiné-Bissau apresenta uma superfície pequena, quer na dimensão geográfica quer em nível da população, com as riquezas naturais conjugadas e o alto grau da fertilidade do solo e a abundância de chuva, que poderia ser explorada de uma forma conveniente, de modo que os benefícios econômicos conseguidos fossem amplamente compartilhados pela população em geral. Para além de tudo isso, se poderia diversificar a economia, e ao mesmo tempo, mobilizar esses recursos naturais, criando assim o dinamismo do setor privado com o intuito de aumentar sua exportação, ao invés de manter sua dependência pela castanha de caju, que ocupa mais de 90% da exportação. Para tanto, vê-se principalmente que as reformas no setor da administração pública e, no setor da segurança são também fundamentais para a restauração da paz, no processo de crescimento econômico para o bem-estar da sociedade.

A proposta desse estudo é que o país abandone a UEMOA, como forma estratégica de se livrar do neocolonialismo financeiro e procure “andar com suas próprias pernas e guiar com a sua própria cabeça”, como dizia líder fundador da nossa nacionalidade, Amílcar Cabral. Que o país institua uma lei que regulamenta a política do emprego e que priorizasse a língua portuguesa que é a única língua oficial até o presente momento.

Torna-se necessário elencar as dificuldades na obtenção dos documentos a fim de realizar este trabalho devido à escassez dos trabalhos produzidos sobre a Guiné-Bissau, com relação ao tema proposto. Todavia, esta pesquisa pode vir ainda a ser enriquecida com a consideração de um horizonte temporal mais alargado e a inclusão de outras variáveis que reflitam sobre o investimento direto estrangeiro e a adesão de Guiné-Bissau na UEMOA.

Espera-se que esse trabalho sirva de motivação para futuros trabalhos, relacionado ou não, com a economia do referido bloco econômico. Finalmente, este trabalho poderá também incentivar outros pesquisadores a realizar um estudo mais aprofundado sobre a questão da instabilidade política na África Ocidental, especificamente na Guiné-Bissau que é o principal obstáculo do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Renata. **Abordagem Estratégica das Ações Integradas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e de Responsabilidade Social Corporativa (RSC)**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sistemas de Gestão, Centro Tecnológico, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.
- ANAG. Associação Nacional Dos Agricultores Da Guiné-Bissau. Disponível em: <<http://www.portalocplp.org/organizacoes/anag>>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- AUGEL, Moema Perante. O Contexto Geográfico, Histórico e Social In “**O Desafio Do Escombro**”: Nação, Identidade e Pós-Colonialismo Na Literatura Da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro – Brasil Ed. Garamond, 2007, p. 49 – 97.
- BCEAO. Banco Central dos Estados da África Ocidental. Disponível em: <<http://www.bceao.int/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- BANDARRA, Victor. **O que é feito da Guiné Bissau?** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ToIY_s-SVIM&feature=youtu.be>. Acesso em: 28 mai. 2017.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual, Aspectos Gerais (Outubro, 2016)**. Guine-bissau, 2016. Disponível em: <Guine-Bissau>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- BANCO MUNDIAL. **Terra Ranca: Um novo começo**. Guiné-Bissau: Grupo Banco Mundial, 2015. (Guiné-Bissau: Memorando Económico Do País). Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/425691468276277003/pdf/582960PORTUGES0CEM0final010Feb150PT.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.
- BORGES, Ricardo H. Palma ; KOSTA, Emílio Kafft. **Legislação Econômica Da Guiné-Bissau**. Coimbra – Portugal Ed. Almedina SA, 2005.
- CERVO, Amado Luiz et. al. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CERQUERIA, Wagner de Cerqueria e. Guiné-Bissau. **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilescuela.uol.com.br/geografia/guinebissau.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- COSTIN, Claudia. As Funções Econômicas do Estado e os Bens Públicos In: **Administração Pública**. Rio de Janeiro, Elsevier Ltda. 2010.
- COUTINHO, Ângela. **A importância da experiência migratória nas trajetórias dos dirigentes cabo-verdianos do PAIGC (1956–1980)**. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/images/files/diaspora2016_texto4.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

COUTINHO, Luciano G.; DE MELLO BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. **Economia e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 129-154, 2016.

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA (DENARP). 2005. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

FERNANDES, J. A. **A integração econômica como estratégia de desenvolvimento do continente africano**: proposta de fusão entre a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.didinho.org/dissertacao_de_mestrado_de_Joel_Alo_Fernandes.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

FRITSCH, Winston; FRANCO, Gustavo. O investimento direto estrangeiro em uma nova estratégia industrial. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 2, p. 5-25, 1989.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. **Relatório nº 15/195 (Agosto, 2015)**. 2015. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/SCR/2015/cr15195p.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

GUINÉ-BISSAU. Perspectivas Econômicas para África. Disponível em: <<https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA GUINÉ-BISSAU. **INFORMAÇÃO DO PAÍS**. 2016. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/#!/tcmback>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

LUSOFONIA, línguas e os nomes na Guiné-Bissau. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/lusofonias/a_linguas_e_os_nomes_na_Guine-Bissau/109>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MENDES, D. 2012. Programa da moeda Única da CEDEAO: Que Lições da Crise na Zona Euro. **VIII encontro de economistas de língua portuguesa**. Reflexos da Crise Económica nos Países de Língua Portuguesa e as Conclusões do Encontro Rio +20, Brasil, Belo Horizonte, 12-15 de Setembro.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

MOURA, Rui Fernando Valadares. **Impacto do Investimento Direto Estrangeiro no crescimento económico do país receptor-teoria e evidência empírica**. 2011. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53841/2/MEGI%20%20RUI%20MOURA.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2017.

PALOP. DIREÇÃO GERAL DAS ALFANDEGAS. Disponível em: <<http://www.cdt.unb.br/telecentros/regime-importacao/guine.htm>> Acesso em: 28 jul. 2017.

REGIME de Importação em PALOP. Disponível em: <www.cdt.unb.br/telecentros/regime-importacao/guine>. Acesso em: 28 mar. 2017.

RODRIGUES, Julio. **A inserção da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA): limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do país (1997-2013)**. 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147369>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

SAMBÚ, Malam. **A política económica no contexto da UEMOA: Investimento direto estrangeiro na economia da Guiné-Bissau: uma abordagem**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2015. pdf. Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6108/Vers%C3%A3o_final_corrige%20atualizada%20FINAL%20FINAL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 Fev. 2017.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Disponível em <<http://lelivros.love/book/a-riqueza-das-nacoes-de-adam-smith-p-j-orourke/>>. Acesso em: 25 Mai. 2017.

UNIÃO EUROPEIA. **Guiné-Bissau Acordo de Parceria no Setor Da Pesca**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/guinea_bissau_ptc>. Acesso em: 10 Jul. 2017.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandaval de. As Funções Econômicas do Setor Público. In: **Economia: Micro e Macro: Teoria e Exercício**, Glossário com 300 principais conceitos econômicos. 5. ed., São Paulo/Brasil, Atlas S.A. 2011

WOOLLACOTT, John. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. **Análise Social**, vol. XIX, 1983. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223466050T4kAK2od2Ar67WH4.pdf>. Acesso em: 10 Jun. 2017.